

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 330134-6**

**NPU Nº 37928-17.2012.8.17.0001**

**AGRAVANTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL-  
CASSI**

**AGRAVADA: MARCELLA QUEIROZ CAVALCANTI DE OLIVEIRA**

**RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**

**VOTO DO RELATOR**

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. APELAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. CIRURGIA DE MAMOPLASTIA REDUTORA. TRATAMENTO DE HIPERCIFOSE DORSAL. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. COBERTURA DEVIDA DE ACORDO COM O PACTUADO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

I- O argumento perfilhado no presente recurso, de que inaplicável o Art.557, caput, do CPC, não se mostra suficiente a autorizar a reforma da decisão monocrática ora atacada, visto que, no exercício da prerrogativa de analisar monocraticamente os autos do processo que se põe sob julgamento, foi negado seguimento ao aludido Apelo, em virtude da decisão impugnada se encontrar em confronto com a jurisprudência firmada pelo C. STJ, de que os planos podem estabelecer as doenças que terão cobertura, porém não pode limitar o tipo de tratamento a ser utilizado pelo paciente, sendo, portanto, abusiva a cláusula contratual que prevê a exclusão da cobertura do plano de saúde de procedimentos ou medicamentos indispensáveis para o êxito do tratamento de doenças previstas pelo referido plano.(AgRg no REsp 1260121/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 06/12/2012, sem grifos no original) .(AgRg no AREsp 190.576/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 12/03/2013, sem grifos no original).

II- Restou demonstrado que a Agravante respaldou a sua negativa de cobertura do procedimento solicitado em cláusula contratual abusiva e nula, que ao prever a expressa exclusão de cobertura para cirurgias plásticas com finalidade estética, ainda que justificadas por razões médicas, impõe desvantagem exagerada ao consumidor e estabelece condição incompatível com a boa fé, ou a equidade, além de restringir direitos fundamentais à natureza do ajuste (Art. 51, IV e XV e § 1º, II, do Código de Defesa do Consumidor).

III- É patente que não se trata de uma cirurgia com fins estéticos, como quer fazer crer a Agravante, mas sim reparadora, no intuito de preservar tão somente a saúde da Autora, diagnosticada com hipercifose dorsal, com quadro de dorsalgia crônica e artralgia em ombros.

III-Negado provimento ao recurso. À unanimidade.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO nº330134-6**, em que figura como parte Agravante **CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL-CASSI** e como parte Agravada **MARCELLA QUEIROZ CAVALCANTI DE OLIVEIRA**, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 29-1-2014

  
Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



13  
1

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 330134-6**

**NPU Nº 37928-17.2012.8.17.0001**

**AGRAVANTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL-CASSI**

**AGRAVADA: MARCELLA QUEIROZ CAVALCANTI DE OLIVEIRA**

**RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Recurso de Agravo** interposto pela CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL-CASSI em face da decisão terminativa de fls. 148/152, proferida por esta Relatoria, que negou seguimento ao Apelo, mantendo íntegra a sentença (fls.122/125), lavrada no bojo da ação ordinária distribuída sob nº37928-17.2012.8.17.0001, que confirmando os efeitos da tutela concedida (fls.56/57), julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando a Ré, ora Agravante, a arcar com os custos do procedimento cirúrgico de Mastoplastia Redutora, afastando, entretanto, a condenação por dano moral.

Em suas razões recursais (fls.155/162v), a seguradora Agravante defende a inaplicabilidade do Art.557 do CPC ao caso em comento, sob o argumento de que não restou demonstrado de forma incontroversa o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Repisa ainda os mesmos argumentos aventados em sede de Apelação de que a negativa de cobertura para a aludida cirurgia se deu em estrito cumprimento ao contrato, que prevê expressamente a exclusão de cobertura para cirurgias plásticas com finalidade estética, ainda que justificadas por razões médicas. Além disso, mais uma vez, defende que a cirurgia de mastoplastia restringe-se aos casos de tumores com comprovação histopatológica, malfomarações, sequelas de processos infecciosos, acidente com perda de substância e após redução ponderal decorrente de tratamento bariátrico. Sustenta, novamente, que o relatório médico, embora se posicione favorável à intervenção cirúrgica, não aponta os possíveis riscos de saúde caso não fosse realizado o referido procedimento, o que corrobora com a tese de que se trata de cirurgia com finalidade estética.

*B. B.*

Ao final, pugna pelo provimento do presente recurso pelo Órgão Colegiado, a fim de que seja dado conhecimento e provimento ao Apelo, reformando-se integralmente a sentença.

Independendo o feito de pauta, e não reconsiderando a decisão impugnada, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

É o breve relatório.

Recife, 29.12.2014

  
Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 330134-6**

**NPU Nº 37928-17.2012.8.17.0001**

**AGRAVANTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL-  
CASSI**

**AGRAVADA: MARCELLA QUEIROZ CAVALCANTI DE OLIVEIRA**

**RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**

**VOTO DO RELATOR**

A Agravante visa desconstituir a decisão terminativa vergastada, suscitando a inaplicabilidade do Art.557 do CPC ao caso em debate, e repropoando os mesmos argumentos já rechaçados em sede de Apelação.

De início, cumpre esclarecer que, no exercício da prerrogativa de analisar monocraticamente os autos do processo que se põe sob julgamento (Art. 557, *caput*, do CPC), foi negado seguimento ao aludido Apelo, em virtude da decisão impugnada se encontrar em confronto com a jurisprudência firmada pelo C. STJ, de que os planos podem estabelecer as doenças que terão cobertura, porém não devem limitar o tipo de tratamento a ser utilizado pelo paciente, sendo, portanto, abusiva a cláusula contratual que prevê a exclusão da cobertura do plano de saúde de procedimentos ou medicamentos indispensáveis para o êxito do tratamento de doenças previstas pelo referido plano.(AgRg no REsp 1260121/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 06/12/2012, sem grifos no original) .(AgRg no AREsp 190.576/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 12/03/2013, sem grifos no original)

Inclusive, em casos similares ao que se encontra sob exame, os Tribunais Pátrios vem seguindo o mesmo entendimento, repelindo a posição dos planos de saúde que tentam se sobrepor às recomendações médicas ao limitar o tipo de tratamento adequado ao paciente, senão vejamos:

Apelação cível. Seguros. Plano de saúde. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Inteligência da Súmula 469 do STJ. Mamoplastia. Negativa de cobertura. Indicação cirúrgica para evitar agravamento de complicações na coluna vertebral. Conjunto probatório que demonstra que a indicação da mamoplastia redutora não tem caráter estético no caso concreto. (TJRS,

Apelação Cível Nº 70056875677, Sexta Câmara Cível, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 20/03/2014, sem grifos no original)

**PLANO DE SAÚDE. Recusa de cobertura. Necessidade da autora submeter-se a procedimento cirúrgico denominado mamoplastia redutora para melhora postural, em razão de apresentar dorso-lombalgia postural e escoliose. Alegação de que não estaria no rol previsto pela ANS .Descabimento. Procedimento de natureza reparadora e não estética Negativa de cobertura que caracteriza grave afronta aos princípios da boa-fé e da função social do contrato celebrado pelas partes Ação procedente Recurso desprovido. (TJSP - APL: 1547463120118260100 SP 0154746-31.2011.8.26.0100, Relator: Luiz Antonio de Godoy, Data de Julgamento: 05/02/2013, 1ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 06/02/2013)**

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO. PLANO DE SAÚDE. MAMOPLASTIA REDUTORA ASSOCIADA A TRATAMENTO DE DORSALGIA. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. COBERTURA DEVIDA DE ACORDO COM O PACTUADO. [...]3.O objeto do litígio é o reconhecimento da cobertura pretendida, a fim de que a demandada arque com o procedimento de mamoplastia, a fim de corrigir enfermidade ocasionada na coluna vertebral da beneficiária. 4.A prova carreada aos autos demonstra que não se trata de cirurgia plástica reparadora, ou seja, que visa a reparar algum defeito ou lesão na mama da filha do autor, mas procedimento que tem por objetivo o tratamento de dorsalgia. 5.A cirurgia é necessária a manutenção da saúde física da beneficiária. Situação anteriormente descrita que importa garantir uma melhor prestação do serviço contratado e na retomada da qualidade de vida daquela. 6.Restrições de direito devem estar expressas, legíveis e claras no contrato, o que não ocorreu no caso em tela, em afronta ao dever de informar consagrado na legislação consumerista. Ressalte-se que a vedação de cobertura não consta taxativamente no contrato, e cláusulas restritivas de direito não dão margem a interpretações extensivas. 7.A omissão no contrato quanto à exclusão de cobertura deve ser interpretada de forma favorável ao consumidor, uma vez que a negativa do apelante não se pautou em determinação contratual. Inteligência do art. 47 do Código de Defesa do Consumidor. Negado provimento ao apelo. (TJRS, Apelação Cível Nº 70044277309, Quinta Câmara Cível, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 28/09/2011, sem grifos no original)

PLANO DE SAÚDE. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES, CIRURGIA PARA REDUÇÃO DE MAMAS SEM CARÁTER ESTÉTICO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. RECUSA INJUSTIFICADA. CLÁUSULA CONTRATUAL ABUSIVA. 1-Ilegitimidade passiva. A apelante e ré é parte legítima para ocupar o pólo passivo da demanda. Precedentes. 2-A demandante comprovou que a cirurgia redutora de mamas era necessária para tratamento de escoliose de que é portadora. Alegação de que tal procedimento possuía caráter estético não foi afastada por outras provas. 3-A cláusula contratual que exclui a possibilidade de cirurgia plástica redutora de mamas, para tratamento de escoliose, é abusiva (art. 51, IV, do CDC). A negativa da apelante dá causa ao descumprimento do próprio contrato, ou seja, a proteção da saúde da apelada. Precedentes. 4-Sentença mantida. Aplicação do art. 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo. 5- Apelação da ré não provida" ( TJSP, Apelação nº 0005837-18.2010.8.26.0024, Andradina, 6ª Câmara de Direito Privado, v.un., Rel. Des.Alexandre Lazzarini, j. 16/2/12, sem grifos no original).

Sendo assim, o argumento perfilhado no presente recurso, de que inaplicável o Art.557, *caput*, do CPC, não se mostra suficiente a autorizar a reforma da decisão monocrática ora atacada, pois restou demonstrado que a Agravante respaldou a sua negativa de cobertura do procedimento solicitado em cláusula contratual abusiva e nula, que ao prever a expressa exclusão de cobertura para cirurgias plásticas com finalidade estética, ainda que justificadas por razões médicas, impõe desvantagem exagerada ao consumidor e estabelece condição incompatível com a boa fé, ou a equidade, além de restringir direitos fundamentais à natureza do ajuste (Art. 51, IV e XV e § 1º, II, do Código de Defesa do Consumidor).

E, neste ponto, vale registrar que não obstante a CASSI - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil seja entidade em regime de autogestão e sem fins lucrativos, tal circunstância não retira o caráter de relação de consumo. Aliás, sobre o tema em lume o STJ editou a Súmula nº 469<sup>1</sup>, dispondo sobre a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos planos de saúde.

Nesse mesmo sentido, seguem os seguintes precedentes: (AgRg no AREsp 187.473/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013); AgRg no AREsp 184.339/DF, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 14.08.2012, DJe 03.09.2012; AgRg no REsp 1.160.202/RS, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 19.06.2012, DJe 27.06.2012; e AgRg no Ag 1.317.109/RJ, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 25.10.2011, DJe 04.11.2011.

Ressalte-se ainda que, conforme explanado na decisão impugnada, não se trata de uma cirurgia com fins estéticos, como quer fazer crer a Agravante, mas tão somente reparadora, para fins de remediar a patologia que acomete a Agravada, diagnosticada com hipercifose dorsal, e que apresenta quadro de dorsalgia crônica e artralgia em ombros, conforme constam dos laudos médicos emitidos pelos médicos assistentes, especialistas em cirurgia e artroscopia do ombro, Dr. Carlos Henrique Queiroz (fl.40), e em ginecologia e obstetrícia, Dra. Eva Miranda (fl.42).

Nessa senda, a cirurgia de mastoplastia redutora revela-se como medida indispensável para preservar a saúde da Recorrida, sobretudo diante do possível

<sup>1</sup> Súmula 469 STJ Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde.

31.

agravamento dos danos em sua coluna, sendo, portanto, desarrazoada a restrição de tal procedimento unicamente aos pacientes submetidos a tratamento bariátrico ou acometidos por câncer, malformações, processos infecciosos e vítimas de acidentes.

Vale referir ainda que, independentemente das cláusulas avençadas, a proteção ao adquirente de plano de saúde deve ser ampla a ponto de garantir o efetivo amparo de sua integridade física e psíquica, sob pena de se negar validade ao próprio objetivo do contrato, que é propiciar ao segurado tranquilidade no que diz respeito à assistência médico hospitalar. O afastamento de cobertura de certos procedimentos voltados à plena recuperação do paciente significa, a rigor, excluir a cobertura do próprio mal, o que não pode ser admitido.

Assim, agiu acertadamente o Juízo Singular ao condenar a CASSI ao pagamento das despesas relativas ao procedimento cirúrgico de MASTOPLASTIA REDUTORA, por considerar abusiva a limitação da terapêutica prescrita como meio adequado e forçoso à recuperação da higidez física da contratante, mormente porque ausente o caráter estético, conforme prescrição médica (fls.40/42).

À luz de tais considerações, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo-se íntegra a decisão guerreada.

Recife, 29.12.2014



Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator